

DIAGNÓSTICO SOBRE A FORMAÇÃO DE LICENCIADOS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Paulo Marcos Flores
Instituto Federal Farroupilha
pmarcosflores@hotmail.com

Marcelo Eder Lamb
Instituto Federal Farroupilha
marceloel@sr.iffarroupilha.edu.br

Resumo:

Este trabalho científico tem como objetivo analisar os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura, buscando identificar as perspectivas e os limites das licenciaturas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs, no que diz respeito ao perfil do profissional e aos currículos propostos. Metodologicamente esta pesquisa tem o caráter documental, pois está sendo realizada com base nos Projetos Pedagógicos dos cursos de licenciaturas dos Institutos Federais. Serão pesquisados uma amostragem de Projetos de Cursos de todos os 38 (trinta e oito) Institutos Federais. Para análise das informações será utilizada a metodologia de Análise de Conteúdo. Como resultados preliminares constatou-se a dificuldade de acesso aos documentos (Projetos Pedagógicos de Curso). Serão objeto de análise 66 Projetos Pedagógicos de Curso, sendo 20 de Licenciatura em Química, 23 de Licenciatura em Matemática, 13 de Licenciatura em Física e 10 de Licenciatura em Biologia.

Palavras-chave: FORMAÇÃO DOCENTE; CURRÍCULO; INSTITUTOS FEDERAIS.

1. Introdução

O discurso corrente atual é de que a educação tem freado o desenvolvimento social e econômico, pois cada vez mais vemos vagas de emprego ficando em aberto pela falta de qualificação profissional. Estas expectativas em relação à educação, de qualificar profissionais, também recaem sobre a formação de professores.

Segundo Moura (2010), citando dados do INEP, no Brasil, as escolas públicas que oferecem ensino fundamental e médio enfrentam um déficit de mais de 235 mil professores, principalmente nas disciplinas de Física, Matemática, Química e Biologia, sendo que na área de Física, ao compararmos a demanda e o número de docentes formados por ano, podemos concluir que se mantivermos os números atuais, a demanda somente será suprida em 80 anos.

Além do PIBID – Programa Institucional de Incentivo a Docência; PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica; FIES – Financiamento do Ensino Superior; REUNI – Expansão das Universidades Federais, é na expansão da rede EPT (Educação Profissional e Tecnológica) com a criação dos **Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia**, pela Lei nº 11.892, que o estado brasileiro vem tentando suprir esta demanda de professores. Os Institutos Federais têm, entre outras, a finalidade, conforme estabelece o seu Art. 7º, inciso VI, letra b, de ministrar

cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional, com a garantia da oferta de no mínimo 20% de suas vagas para estes cursos.

Dessa forma, os Institutos Federais passam a ter como uma de suas atribuições principais, oferecer formação de professores para Educação Básica, prioritariamente nas áreas de Ciências e Matemática.

O processo de transformação pelo qual passou a Rede Federal de Educação Profissional nos últimos anos, fez com que estas instituições se fortalecessem como instituições formadoras de professores para a Educação Básica. Esta característica deve se agudizar nos próximos anos, pois a tendência, segundo dados da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica apresentada na XXXV Reunião de Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - REDITEC, Poços de Caldas - MG, 2011, entre 2011 a 2014, os Institutos Federais (IFETs) chegarão próximo ao número de matrículas em cursos de Licenciatura que temos nas Universidades Federais.

Ainda, é importante destacar que os Institutos Federais devem ofertar, por força de lei, 20% das vagas em cursos de licenciaturas, o que corresponderá em 2014 a cerca de 200 mil matriculados em cursos de licenciaturas nestas instituições.

Os números expressam uma oferta substancial de matrículas em cursos de licenciatura na rede pública federal a cargo dos Institutos Federais e que nos remete ao seguinte questionamento, nosso problema de pesquisa: **“Quais as características dos Cursos de Licenciaturas desenvolvidos pelos Institutos Federais, no que diz respeito ao perfil de**

egressos e à organização de seus currículos expressos em seus Projetos Pedagógicos de Curso?

Compreender melhor as características dos cursos de formação de licenciados desenvolvidos nos Institutos Federais pode servir de ferramenta para a construção de diretrizes, para que estes cursos possam ter uma identidade própria buscando romper com os problemas por muitas vezes apontados na formação nos cursos de licenciaturas e que perduram até hoje.

2. As Licenciaturas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Na busca de construir uma identidade para as licenciaturas nos Institutos Federais e definir o objetivo e características destas, ocorreram, no ano de 2010 o I Seminário Nacional das Licenciaturas dos Institutos Federais (SENALIF), em Ouro Preto/MG, promovido pelo Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG, e também em 2010, o I Fórum Nacional das Licenciaturas dos Institutos Federais: “Em busca de uma identidade” (FONALIFES) promovido pelo IFRN (Instituto Federal do Rio Grande do Norte).

Neste sentido, buscando construir uma proposta de cursos de formação docente em nível de licenciatura o FONALIFES (2010), como produto da discussão, foi produzido pelos participantes um documento chamado Carta de Natal, que estabeleceu que as licenciaturas nos IFs deveriam considerar:

- a) Concepção do processo de formação pedagógica que fortaleça a indissociabilidade das ações teórico - práticas nas licenciaturas.
- b) Compreensão da formação pedagógica como componente indispensável à formação dos alunos dos cursos de licenciatura dos IFs.
- c) Adequação dos Projetos Pedagógicos dos cursos de licenciatura a partir da vocação de cada IF.
- d) Definição da essência das licenciaturas (não constituir licenciaturas que estejam mascarando bacharelado).
- e) Formar professores que tenham em mente a tríade ensino, pesquisa e extensão na prática docente.
- f) Cursos de licenciaturas que fomentem a crítica aos arranjos produtivos locais, que respondam às demandas da educação profissional e que se vinculem efetivamente às ciências.
- g) Redefinição do estágio como processo contínuo de reflexão e diagnóstico da realidade onde o licenciado irá atuar, confrontando com as teorias produzidas no curso e produzindo novos conhecimentos.
- h) Superação da visão tradicional de formação docente, através da valorização da prática, do estágio e dos demais referenciais necessários para o exercício da docência na perspectiva da transformação social.
- i) Fomento ao desenvolvimento de projetos que articulem a participação dos discentes nos espaços educativos formais e não formais.
- j) No Projeto Pedagógico dos cursos de licenciatura, devem ser considerado(a)s:
 - formação de professores que privilegie a práxis e a autonomia, a criticidade e a criatividade, através da pesquisa como princípio político educativo;
 - domínio de conhecimentos específicos de cada curso e sua articulação com as demais áreas do conhecimento e do processo ensino-aprendizagem;
 - percepção da pesquisa científica como princípio orientador na formação do professor;
 - articulação de conhecimentos específicos com os conhecimentos e as práticas pedagógicas desde o início dos cursos;

- conhecimentos específicos trabalhados de maneira mais abrangente;
- inclusão de componente curricular de produção de imagem, pensando na redação em vídeo necessária aos surdos.
- inclusão nos componentes curriculares das orientações étnico-raciais e as minorias sociais (EJA, EAD, Libras);
- atendimento à relação professor/aluno de acordo com as especificidades dos cursos. (FONALIFES, 2010)

Pimenta (1999), ao falar da constituição da identidade profissional diz que esta é constituída considerando-se os significados que a sociedade atribui à profissão; às tradições; às práticas e às inovações que se referem à ação sobre a realidade; o significado que cada professor confere a sua atividade docente cotidiana e, também, as relações dos professores com seus pares, escolas, sindicatos e outros.

O autor nesta perspectiva destaca três tipos de saberes que contribuem para a constituição da identidade docente, os saberes de experiência que se referem àqueles saberes que o professor adquire desde a sua época de aluno, quando na interação com outros professores constrói seus referenciais; os saberes do conhecimento: relativo aos conhecimentos com que o docente vai trabalhar; e os saberes pedagógicos: saberes que possibilitam uma re-significação dos saberes na formação do professor, em que ele pode encontrar meios e instrumentos para interrogar e rever a sua prática, produzindo os saberes pedagógicos na ação.

Tratando-se especificamente da constituição dos saberes docente, é importante que os cursos de formação inicial propiciem ao futuro docente contato com os diferentes âmbitos de atuação. No entanto, ao pesquisar estado da arte da formação de professores, André (2011), constatou “o silêncio quase total em relação à formação do professor para o Ensino Superior, para a educação de jovens e adultos, para o ensino técnico e rural, para atuar nos movimentos sociais e com crianças em situação de risco”(p.9). Dessa forma torna-se necessário desenvolver uma formação de professores mais voltada a esta realidade.

Neste sentido, os Institutos Federais tornam-se um lócus privilegiado devido a sua capilaridade enquanto rede de educação profissional e conseqüente abrangência regional, mas principalmente porque atua com Educação de Jovens e Adultos no programa chamado PROEJA – Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos. E por atuar no ensino técnico, que vem ultimamente discutindo a implantação de um currículo integrado da formação geral com a formação profissional, apresenta-se como um espaço propício a trabalhar com esta perspectiva na formação de professores, até porque na

maioria dos casos, os professores que atuam nos cursos de licenciaturas, são os mesmos que atuam nos curso PROEJA e no Ensino Médio Integrado.

Outro aspecto destacado por André (2011) é que nas fontes pesquisadas “mostram um excesso de discurso sobre o tema da formação docente e uma escassez de dados empíricos para referenciar práticas e políticas educacionais”(p.9), isto vem para justificar a pertinência do tema de estudo que estamos realizando, já que dessa forma se pode produzir parâmetros para avaliar a repercussão da política de implementação das Licenciaturas nos Institutos Federais.

3. A Formação de Licenciados no Brasil

No Brasil os cursos de licenciaturas foram criados seguindo o modelo 3+1, em que as disciplinas de natureza pedagógica tinham duração prevista de 1 ano e as disciplinas que trabalhavam os conteúdos específicos, tinham a duração de 3 anos. Esse formato de formação docente ainda predomina. Essa maneira de conceber a formação docente, segundo Pereira (2011), pode ser caracterizada como pautada no modelo da racionalidade técnica. Esse modelo tem se mostrado inadequado à realidade da prática profissional docente, pois enfatiza a dicotomização da teoria e prática, com ênfase na dimensão teórica. Além disso, é uma concepção equivocada pois leva a entender que basta o conhecimento específico a quem vai ensinar.

Esse modelo, segundo Pereira (2011), não foi totalmente superado, principalmente pela departamentalização existente nas instituições de Ensino Superior, em que as disciplinas não “conversam” entre si. Felizmente já percebemos iniciativas bem concretas de construir itinerários formativos para cursos de licenciaturas que buscam articular os conhecimentos teóricos com a prática, tendo esta última como eixo da preparação do futuro professor.

Um dos principais referenciais para o estudo do tema “formação de professores” é Antônio Nóvoa que utilizando os 5Ps, defende que a formação de professores deve:

- a) assumir um forte componente prático, centrado na aprendizagem dos alunos e no estudo de casos concretos (Prática);
- b) passar para ‘dentro’ da profissão, isto é, basear-se na aquisição de uma cultura profissional, concedendo aos professores mais experientes um papel central na formação dos mais jovens (Profissão);

c) dedicar uma atenção especial às dimensões pessoais, trabalhando a capacidade de relação e de comunicação que define o tato pedagógico (Pessoa);

d) valorizar o trabalho em equipe e o exercício coletivo da profissão (Partilha);

e) estar marcada por um princípio de responsabilidade social, favorecendo a comunicação pública e a participação dos professores no espaço público da educação (Público). (NÓVOA, 2011)

No trabalho de Gatti (2011), podemos ter um quadro representativo das situações das licenciaturas na atualidade. A autora ao analisar os currículos dos cursos de formação de professores de Letras, Ciências Biológicas e Matemática, escolhidas por serem as áreas que mais absorvem carga horária na Educação Básica, encontrou a seguinte realidade:

- Há grande dissonância entre os projetos pedagógicos obtidos e a estrutura do conjunto de disciplinas e suas ementas, nas três licenciaturas, parecendo que aqueles são documentos que não repercutem na realização dos cursos.
- Os cursos de licenciatura em Letras apresentam 51,4% de sua carga horária em disciplinas relativas aos conhecimentos disciplinares da área, com predominância de Linguística, e apenas 11% das horas-disciplinas são dedicadas à formação para a docência.
- Nas licenciaturas em Ciências Biológicas a carga horária dedicada à formação específica na área é de 65,3% e, para formação para docência, registra-se percentual em torno de apenas 10%.
- Os cursos de licenciatura em Matemática se diferenciam por apresentarem um maior equilíbrio entre as disciplinas relativas aos “Conhecimentos específicos da área” e aos “Conhecimentos específicos para a docência”, embora as instituições públicas mantenham, em sua maioria, carga horária bem maior para as disciplinas relativas a conhecimentos específicos, espelhando mais a ideia de um bacharelado do que licenciatura.
- Raras instituições especificam em que consistem os estágios e sob que forma de orientação são realizados, se há convênio com escolas das redes, entre outros aspectos.
- A questão das práticas exigidas pelas diretrizes curriculares desses cursos mostra-se problemática, pois ora se coloca que estão embutidas em diversas disciplinas, sem especificação clara, ora aparecem em separado, mas com ementas muito vagas.
- Na maior parte dos ementários analisados não foi observada uma articulação entre as disciplinas de formação específicas (conteúdos da área disciplinar) e a formação pedagógica (conteúdos para a docência).
- Um grupo considerável de matrizes curriculares apresenta disciplinas pouco específicas quanto a seus nomes e ementas bastante vagas, encontrando-se, também, redundâncias de conteúdos em disciplinas distintas.
- Saberes relacionados a tecnologias no ensino estão praticamente ausentes.
- Aparecem nos currículos muitas horas dedicadas a atividades complementares, seminários, ou atividades culturais, entre outras, que ficam sem nenhuma especificação quanto ao que se referem (se são atividades acompanhadas por docentes, seus objetivos etc.).
- As disciplinas da categoria “conhecimentos relativos aos sistemas educacionais” registram percentuais inexpressivos de presença em todas as licenciaturas analisadas. Quando se desagrega esta categoria, nota-se que a maior parte das matérias aloca-se em “Estrutura e funcionamento do ensino”, ficando aspectos ligados a “Currículo”, “Gestão escolar” e “Ofício docente” com percentuais irrisórios.
- Uma parte dessas licenciaturas promove especialização precoce em aspectos que poderiam ser abordados em especializações ou pós-graduações, ou que, claramente, visam a formação de outro profissional que não o professor (p.1373 -1374).

Estas questões elencadas referem-se a dilemas que a formação de professores, independente da instituição formadora vem buscando enfrentar. Resta saber se os Institutos Federais estão conseguindo, já que como afirma Machado (2008) a organização curricular dos

Institutos Federais traz para os profissionais da educação que neles atuam, um espaço ímpar de construção de saberes, por terem a possibilidade de, no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino; em diferentes níveis da formação profissional, assim como buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação, estabelecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

4. Aspectos Metodológicos do Estudo

Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa documental, pois teve como fonte de coleta de informações os Projetos Pedagógicos de Curso dos cursos de Formação de Professores desenvolvidos nos Institutos Federais.

Para a obtenção das fontes documentais adotamos o seguinte procedimento:

- através do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC identificamos todos os cursos de licenciaturas que os Institutos desenvolvem, ano de início e câmpus onde funciona o curso;
- enviamos formalmente aos Institutos a solicitação de acesso aos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciaturas e concomitante a isso pesquisamos nos sítios institucionais dos Institutos que disponibilizam estes Projetos a fim de obter a íntegra do Projeto Pedagógico dos cursos selecionados;
- utilizando a análise de conteúdo (BARDIN, apud GIL, 2002), está sendo analisada a matriz curricular dos cursos, a descrição do perfil do egresso e as ementas das disciplinas que compõe a matriz curricular, as propostas das Práticas como Componente Curricular, Estágios e Trabalho de Conclusão de Cursos se for o caso.

Entre as características que estão sendo analisadas quanto a :

- adequação das matrizes curriculares às diretrizes curriculares dos cursos;
- coerência das ementas em termos de relevância e carga horária propostas;
- coerência entre o perfil do egresso e a matriz curricular;
- coerência dos projetos com os documentos que orientam a construção do cursos de licenciaturas nos Institutos Federais (Carta de Natal, etc.).

5. Considerações Finais

Dado o fato de que o estudo ainda encontra-se em desenvolvimento nos será possível

apresentar apenas algumas constatações iniciais. A partir da coleta dos documentos foi possível somar 66 Projetos Pedagógicos de Curso, sendo 20 de Licenciatura em Química, 23 de Licenciatura em Matemática, 13 de Licenciatura em Física e 10 de Licenciatura em Biologia. Após identificados quais cursos de licenciatura cada instituto possui, estamos na fase de coleta dos Projetos Pedagógicos dos Cursos. Estamos encontrando dificuldades no acesso a estes documentos embora seja este um documento institucional de acesso público. Além disso foi possível observar que alguns projetos de curso não atendem a legislação quanto a carga horária prevista para estágios, prática como componente curricular, atividades complementares e ao percentual de disciplinas relacionadas à formação pedagógica.

6. Referências

ANDRÉ, Marli. Estado da Arte da Formação de Professores no Brasil. **Revista Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68, Dezembro/99 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a15v2068.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.

FORUM NACIONAL DAS LICENCIATURAS NOS INSTITUTOS FEDERAIS. **Carta de Natal**. Natal, 2010.

GATTI, Bernardete A. **Formação de Professores no Brasil**: características e problemas. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/16.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2011.

GIL, Antonio Carlos, **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MACHADO, Lucília R. de Souza. **Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional**. (documento técnico encaminhado à SETEC/MEC). Brasília: MEC/SETEC, 2008).

MOURA, Dante Henrique. **A Licenciatura nos IFs em busca de uma Identidade**. Palestra proferida no Fórum Nacional das Licenciaturas nos Institutos Federais - FONALIFE, Natal, 2010.

NOVOA, António. Para una formación de profesores construida dentro de la profesión. In: **Revista de Educación**, Ministerio de Educación, 350, 2009, pp. 173-202. Disponível em : http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350_09.html. Acesso em 10 de outubro de 2011.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. In: **Revista Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68, Dezembro/99. Disponível <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a06v2068.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2011.

PIMENTA, S. G. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.